

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 101, DE 2020

Susta os efeitos da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes.

Autora: Deputada ALICE PORTUGAL.

Relator: Deputado ZECA DIRCEU.

I - RELATÓRIO

Veio ao exame da Comissão de Educação o **Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2020**, de autoria da Deputada Alice Portugal, que “Susta os efeitos da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes”.

Por despacho da Mesa Diretora, em 31 de março de 2020, a matéria foi distribuída para análise das Comissões de Educação; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania; estando sujeita à deliberação do Plenário e tramitando em regime ordinário.

Nos termos do artigo inaugural da proposição em análise, ficariam sustados, nos termos do art. 49, inciso V e XI, da Constituição Federal, os efeitos da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes.

Foi quando, em 25 de março de 2021, fui designado relator da matéria.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Educação, nos termos do art. 32, inciso IX, alíneas “a” até “d”, do Regimento Interno, opinar sobre todas as matérias atinentes à educação em geral, política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais, bem como direito da educação e recursos humanos e financeiros para a educação.

Em 9 de março de 2020, o Poder Executivo editou a **Portaria nº 34/2020**, por meio do Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. A citada Portaria altera os critérios de concessão de bolsas para estudantes de mestrado e doutorado em instituições públicas e particulares de ensino.

Nas palavras da autora da proposição:

As mudanças propostas na Portaria atingem o Sistema Nacional de Pós-Graduação. Estabelece-se que não poderão mais receber bolsas os cursos presenciais que estiveram ainda no primeiro ano de funcionamento ou no mesmo período em que alterarem sua qualificação de profissional para acadêmico presencial. Também não receberão incentivos os alunos matriculados em cursos com notas iguais a três nas últimas três avaliações do governo. Os alunos que forem de cursos reclassificados para a modalidade profissional ou à distância também ficarão sem bolsa. Neste último caso, as bolsas já em andamento poderão ser mantidas até o término do seu prazo, desde que o professor permaneça vinculado ao programa de pós-graduação presencial.

Esta medida deve resultar em corte expressivo de bolsas em função do volume de programas com nota 3 e 4.



Ademais, a nova portaria anula quatro medidas anteriores, publicadas no começo deste ano, que definiram um teto e um piso para a ampliação ou redução da concessão de novas bolsas.

Concordamos com a Autora da matéria, considerando o teor da portaria atacada como contraproducente, uma vez que as duas Portarias Capes que regulavam o assunto, as **Portarias nº 18/2020 e 20/2020**, não impunham limitações desarrazoadas. No mesmo primeiro trimestre do ano, sem tempo nem de implementar as duas portarias citadas, o Executivo edita a Portaria que está sendo atacada com regras piores, muito restritivas, como a que estabelece que não receberão incentivos os alunos matriculados em cursos com notas iguais a três nas últimas três avaliações do governo.

Em face do exposto, meu voto é pela **APROVAÇÃO** do **PDL nº 101, de 2020**, que “Susta os efeitos da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes”.

Sala da Comissão, em 05 de dezembro de 2022.

Deputado ZECA DIRCEU
Relator

